

DOSSIÊ: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ALFABETIZAÇÃO

É com satisfação que trazemos a público mais um número da *Revista Teoria e Prática da Educação* (RTPE), garantindo, assim, a adequada periodicidade e o cumprindo da importante função de socializar os resultados de pesquisas educacionais realizadas por autores de diferentes instituições brasileiras.

Trata-se de um dossiê destinado a estudos sobre as políticas públicas para a educação e à alfabetização. Os artigos que o compõem contribuem para a compreensão e reflexão sobre as políticas educacionais no atual contexto mundial marcado, sobretudo, pela globalização/mundialização da economia, flexibilização produtiva, expansão e fortalecimento do capital financeiro, bem como pela redefinição do papel do Estado na perspectiva do neoliberalismo da Terceira Via.

Nessa perspectiva, os artigos que versam sobre políticas destacam as influências das organizações internacionais nas formulações das políticas educacionais dos países, bem como a redefinição do papel do Estado e suas influências na concretização do direito à educação, nas políticas de educação destinadas aos adultos, na formação de valores éticos e morais e na gestão da educação, incluindo, aqui, as avaliações externas. Os trabalhos que se ocupam especificamente da alfabetização revelam o impacto que essas políticas causam na organização do ensino inicial da leitura e da escrita, na aprendizagem dos estudantes e na formação de professores alfabetizadores.

No artigo de abertura deste número, *Um olhar para a alfabetização mediado pela teoria histórico-cultural*, Marta Sueli de Faria Sforzi, mobilizada por uma pergunta recorrente no contexto escolar – Por que há domínio precário da linguagem escrita por grande parte dos estudantes concluintes dos anos iniciais do ensino fundamental? –, analisa o modo usual de organização do ensino inicial da leitura e da escrita. Nesse modo, a autora identifica limites no que se refere à possibilidade de o ensino propiciar aos estudantes condições de abstração e generalização do sistema de escrita alfabética. Com o intuito de superar esses limites e sem a preocupação de produzir argumentos para o “duelo dos métodos” no campo da alfabetização, a autora propõe que o percurso didático para o ensino da leitura e da escrita seja organizado com base nos conteúdos próprios da alfabetização. Propõe, ainda, que se apoie nos conhecimentos sobre os processos psíquicos envolvidos na aprendizagem conceitual. Para isso, fundamenta-se na Teoria Histórico-Cultural, de modo especial, em conceitos apresentados por Vigotski e Leontiev.

O artigo de Mirian Margarete Pereira da Cruz e Vera Lúcia Martiniak, *Formação continuada de professores alfabetizadores*, apresenta uma análise dos programas destinados à formação continuada de professores alfabetizadores que antecederam o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), desenvolvido pelo Ministério da Educação, desde 2013. Foram analisados programas de formação continuada de professores alfabetizadores implementados a partir de 1990 até a criação do PNAIC. A investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, utilizando como aporte teórico autores que tratam da formação continuada, alfabetização e Pedagogia Histórico-Crítica. Por esse percurso investigativo, as autoras identificaram limites e avanços na política de formação continuada de professores alfabetizadores.

Rita de Cássia Frangella, no artigo *Entre Antíteses e Paradoxos: o ciclo de alfabetização nas políticas educacionais – mais que uma questão de nomes*, discute os sentidos da alfabetização e suas implicações na prática pedagógica, resultantes de políticas educacionais contemporâneas e de grande alcance – a exemplo do PNAIC e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao eleger como mote de problematização o conceito de ciclo de alfabetização institucionalizado com o ensino fundamental de nove anos e a forma como esse conceito é tematizado nas políticas analisadas, a autora apresenta as antíteses e paradoxos que significam as práticas alfabetizadoras, buscando refletir sobre o significado que essa questão ganha nas políticas. Tal reflexão é realizada mediante pesquisa sobre políticas curriculares e alfabetização assentada numa perspectiva discursiva que compreende a produção de políticas como produções político-discursivas.

Em *Heranças da Revolução Francesa: a política educacional das primeiras letras no Brasil*, Telma Renata Ressineti e Áurea de Carvalho Costa analisam as influências do pensamento educacional liberal, constituído na conjuntura da Revolução Francesa, na democratização da educação pública elementar no Brasil, a fim de

identificar as heranças teóricas daquele contexto sobre as escolhas de pautas de luta pelas políticas de concretização do direito à educação pública, gratuita e laica em diferentes momentos da história da educação brasileira. As autoras apontam que o debate sobre a democratização do ensino primário perpassou a elaboração de políticas públicas desde a formação dos Estados-Nação. Identificam que seu caráter liberal justificou a opção política da classe hegemônica de postergar a efetivação do direito à educação elementar até se tornar uma necessidade incontornável do modo de produção capitalista, tendo em vista a formação para a cidadania e a preparação para o trabalho.

No artigo *A "educação para a cidadania ativa" como estratégia contemporânea do programa neoliberal da Terceira Via*, Elma Júlia Gonçalves de Carvalho e Jeferson Diogo de Andrade Garcia analisam os fundamentos e a função social da proposta de "educação para a cidadania ativa" tomando como base documentos internacionais e nacionais publicados desde a década de 1990, relacionando-os à perspectiva política da terceira via. Os autores argumentam que a proposta de educação para a cidadania ativa faz parte das estratégias de disseminação de valores éticos e morais que favorecem a construção de um novo consenso sobre os padrões de comportamento adequados à nova forma de sociabilidade necessária à reprodução capitalista, que se pauta na ampliação da participação social e na responsabilização dos indivíduos pela solução dos problemas sociais.

No artigo *Avaliação externa na rede municipal de São Paulo: para qual direção conduz?*, Mauricio de Sousa e Luana Ferrarotto, ao analisarem a utilização das avaliações externas elaboradas pela Rede Municipal de Ensino de São Paulo no período de 2005 a 2015, apontam que as avaliações externas se consolidaram como um dos principais elementos direcionadores das políticas públicas educacionais brasileiras. Destacam que a vinculação dos resultados obtidos em testes padronizados à melhoria da qualidade educacional levou os estados a criarem os seus próprios sistemas de avaliação e a se voltarem para o alcance de metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os autores constatarem que, na última década, na expectativa de alcançar as metas estabelecidas por este índice, a política educacional da referida rede de ensino direcionou-se para o estreitamento curricular (ênfase nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática) e para o treinamento dos alunos. Com base nessa constatação, os autores põem em destaque o fato de o conceito de qualidade resumir-se ao alcance de metas estabelecidas externamente à escola, o que requer maiores reflexões sobre a qualidade da educação, à medida que, muitas vezes, a qualidade caminha na contramão das iniciativas de controle, em especial, via avaliação externa.

No artigo *Os organismos internacionais e a constituição e sistematização conceitual da educação de adultos*, Ângela Rita Christofolo de Mello, com base em fontes documentais e bibliográficas, mapeia e analisa os conceitos da educação de adultos que, a partir dos anos de 1970, tornaram-se recorrentes na esfera mundial. A autora argumenta que, embora nas últimas décadas as políticas públicas reservadas aos adultos geralmente tenham sido subordinadas aos interesses da globalização econômica e produtiva e às necessidades da empregabilidade articuladas às imposições empresariais, a educação de adultos, a fim de tornar-se um instrumento de promoção da humanidade, deve buscar ultrapassar essa lógica e suas práticas pedagógicas devem pautar-se em recusas de simplesmente reproduzir a ideologia dominante.

Getânia Fátima Zoia e Isaura Monica Souza Zanardini, no estudo que conclui o conjunto de artigos desse número, *As implicações da reforma do Estado brasileiro para a reforma da educação e da gestão educacional*, tecem considerações sobre a reforma do Estado brasileiro e suas implicações na reforma da educação básica e da gestão educacional na década de 1990. Para explicitar as razões que impulsionaram as reformas e analisar suas implicações no campo educacional, as autoras versam sobre o contexto econômico, político, social e ideológico no qual elas se inserem.

Esse número da Revista Teoria e Prática da Educação traz, ainda, a resenha, elaborada por Fernando Wolff Mendonça, do livro *As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita*, de Lígia Márcia Martins e Ana Carolina Galvão Marsiglia, publicado pela Editora Autores Associados, em 2015. Fernando destaca a relevância da obra por explicitar as concepções de alfabetização nas vertentes teóricas, apresentar sínteses sobre os processos de aprendizagem da escrita em suas diferentes facetas e, ainda, por sugerir alternativas para o enfrentamento das dificuldades encontradas nas práticas alfabetizadoras.

Para finalizar, manifestamos nossos agradecimentos aos autores, pareceristas *ad hoc* e outros colaboradores sem os quais essa edição não seria viabilizada.

Desejamos a todos uma boa e proveitosa leitura dos artigos aqui publicados.

Elma Júlia Gonçalves de Carvalho
Marta Sueli de Faria Sforzi